

Assembleia Constituinte

O ESTADO DE S. PAULO — Segunda-feira, 11-11-85

JORNAL DA TARDE

POLÍ

Mais um problema para a Constituinte?

Flamarion Mossri

Se não for mudado o art. 1º do substitutivo Giavarina à emenda Sarney, de transformação do futuro Congresso em Assembléia Constituinte, no ano político-parlamentar de 87 deverão funcionar em Brasília quatro Câmaras — a Assembléia Nacional Constituinte, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos). Todas no mesmo edifício, utilizando-se dos mesmos funcionários e assessores e constituídos pelos eleitos no pleito parlamentar de 15 de novembro de 86, mais os 23 senadores eleitos em 82 com mandato até janeiro de 1990.

Deverão ainda ser eleitas três Mesas Diretoras — a da Constituinte, a da Câmara e a do Senado. A Mesa do Congresso é dirigida pela do Senado. A situação só poderia mudar se excluía do art. 1º do substitutivo à emenda da convocação da Constituinte a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", referindo-se à transformação da Câmara e do Senado em Assembléia Constituinte.

A decisão está prevista para depois do dia 18, em novo esforço concentrado destinado a completar a votação da matéria pelo Congresso. Se mantida aquela expressão, como desejam quase todos os senadores e setores da Câmara, o Parlamento ordinário funcionaria em 87 simultaneamente e em concorrência com a Assembléia Constituinte.

Essa concorrência é que Ulysses Guimarães e o líder Pimenta da Veiga querem evitar. A posição da liderança, porém, não é de provocar novo confronto com a sua bancada. Escaldado, Pimenta afirma que prefere a Constituinte atuando

sem atropelar-se com o Legislativo ordinário. Mas não forçará ninguém a votar a favor da exclusão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais". A questão será aberta, disse ele, informando que o presidente Sarney não quer envolver-se, deixando a decisão com os deputados e senadores.

Se excluía aquele trecho do substitutivo Giavarina, a própria Assembléia Constituinte, em 87, após sua investigação, decidiria, de forma soberana, como funcionaria o Legislativo ordinário, para impedir que o presidente possa legislar por decretos-leis. Se a expressão em causa permanecer no texto, ainda assim a solução teria de ser dada pela Constituinte.

Oposição

Pela vontade dos senadores, ficaria tudo quase igual. Somente mudaria o horário de funcionamento do Poder Legislativo ordinário — Câmara, Senado e Congresso. Câmara e Senado poderiam reunir-se pela manhã, duas ou três vezes por semana, a Constituinte à tarde, e o Congresso à noite, sempre que necessário. Cada Câmara teria seus respectivos dirigentes, conforme a pregação do deputado Flávio Marçílio, desde agora em nova campanha para voltar à presidência da Câmara no período 87-88.

Além de Marçílio, a oposição à Constituinte autônoma está sendo feita pelo Senado. Os senadores, principalmente os eleitos pelo voto direto em 82, receiam perder atribuições. Aham que se a Constituinte for convocada sem menção direta ao trabalho constitucional da Câmara e do Senado, como Poder Legislativo ordinário, eles se-

riam peças decorativas em 87, no trabalho de elaborar a nova Carta Constitucional.

Muitos deles acreditam que seria adotada a fórmula que estava prevista no rejeitado substitutivo Flávio Bierrenbach: os 23 senadores com mandato até 1990 seriam integrantes natos da "Comissão Legislativa", órgão que teria a atribuição de Legislativo ordinário. A proposta de Bierrenbach surgiu de uma sugestão de Ulysses Guimarães. O presidente da Câmara e do PMDB considera inconveniente o funcionamento normal do Poder Legislativo ordinário simultaneamente com as atividades da Assembléia Constituinte.

A "Comissão Legislativa" teria presidente e outros membros de sua mesma, escolhidos pelos constituintes e, ainda, funções administrativas previstas em regimento interno. Em consequência, haveria uma única Mesa Diretora para a Assembléia Constituinte. Dissolvida a Constituinte, com a promulgação da nova Carta, Câmara e Senado elegeriam seus respectivos dirigentes.

Parlamentares importantes do PDS, do PMDB e do FPL estão apoiando a reivindicação dos senadores eleitos em 82. Muitos comentam que Ulysses, com o apoio do líder Pimenta da Veiga, está defendendo a autonomia da Constituinte em 87 por vários motivos. Além das razões político-institucionais, segundo eles, Ulysses quer ser o presidente da Assembléia Nacional Constituinte, continuando, até a sucessão presidencial, o substituto natural de José Sarney. O presidente da Assembléia Constituinte seria o substituto constitucional do presidente da República.